

# A Prática de uma Extensão Transformadora: Encontros Entre uma Universidade Pública e Trabalhadores Ambulantes Durante a Pandemia

Andréia Pereira de Araújo Matos  
Milena Pavan Serafim

Como citar: MATOS, Andréia Pereira de Araújo; SERAFIM, Milena Pavan. A prática de uma extensão transformadora: Encontros entre uma universidade pública e trabalhadores ambulantes durante e pandemia. *In*: NOVAES, Henrique Tahan (org.). **Educação para além do capital e políticas educacionais na América Latina**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024. p. 227-256. DOI: <https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-505-6.p227-256>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

## 6.

# A PRÁTICA DE UMA EXTENSÃO TRANSFORMADORA: ENCONTROS ENTRE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA E TRABALHADORES AMBULANTES DURANTE A PANDEMIA <sup>11</sup>

*Andréia Pereira de Araújo Matos*

*Milena Pavan Serafim*

---

### 1. A pandemia e o trabalhador informal

“O vírus, por si só, não discrimina, mas nós humanos certamente o fazemos, moldados e movidos pelos poderes casados do nacionalismo, do racismo, da xenofobia e do capitalismo. Parece provável que passaremos a ver um cenário doloroso no qual algumas criaturas humanas afirmam seu direito de viver ao custo de outras, reinscrevendo a distinção espúria entre vidas passíveis e não passíveis de luto, isto é, entre aqueles que devem ser protegidos contra a morte a qualquer custo e aqueles cujas vidas são consideradas não valerem o bastante para serem

---

<sup>11</sup> Esse capítulo é fruto da dissertação de mestrado “Diálogos entre universidade pública e movimentos sociais em meio ao caos: a experiência de um projeto de extensão junto a trabalhadores ambulantes durante a pandemia da COVID-19”, defendida em março de 2022 no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal de São Carlos, defendida pela primeira autora e orientada pelos outros dois autores do presente texto.

salvaguardadas contra a doença e a morte”. Judith Butler, Sobre a COVID-19, 2020.<sup>12</sup>

Até o momento em que este texto é escrito, o Brasil alcança a marca de 704 mil óbitos<sup>13</sup> por COVID-19. Quando os casos de contaminação pelo novo coronavírus começaram a avançar pela Europa nos primeiros meses de 2020, uma previsão começou a ser propagada: o vírus não faria distinção entre ricos e pobres, todos seriam igualmente atingidos. No entanto, pelos dados existentes sobre pandemias anteriores, era esperado que a COVID-19 não fosse assim tão “democrática” no seu impacto nos diferentes extratos sociais.

Uma pesquisa sobre a Gripe Espanhola (1918-1920) publicada pela revista *The Lancet* apontou que as taxas de mortalidade foram até trinta vezes maiores em regiões mais pobres do planeta. Um estudo sobre a pandemia de H1N1, em 2009, revelou uma taxa de mortalidade vinte vezes maior em países da América Latina do que na Europa. Ainda que esses eventos se situem em diferentes conjunturas socioeconômicas, há semelhanças com o panorama desenhado pela mais recente pandemia (CARVALHO, 2020).

De acordo com o Radar COVID-19 Favelas, monitoramento realizado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) durante a pandemia, o coronavírus atingiu de forma mais evidente as áreas mais pobres do país. Esse monitoramento apontou que a maioria das mortes causadas pela doença no RJ foi de moradores dos bairros mais pobres. Já em São Paulo, uma pesquisa realizada pela Universidade de

---

<sup>12</sup> BUTLER, Judith. “Sobre a COVID-19: o capitalismo tem seus limites”. 2020. Blog da Boitempo. <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/20/judith-butler-sobre-o-covid-19-o-capitalismo-tem-seus-limites/>

<sup>13</sup> Dados coletados no site do Ministério da Saúde do Brasil, em 16 jul. 2023: <https://covid.saude.gov.br/>

São Paulo (USP) mostrou que a letalidade do novo coronavírus foi 60% maior em bairros periféricos do que em relação aos bairros ricos.<sup>14</sup>

As características básicas desses locais e de seus habitantes podem explicar o maior impacto da pandemia em sua população: contam com menor infraestrutura estatal e seu modo de vida praticamente impossibilitou a realização do necessário isolamento social. Em virtude de suas ocupações, muitas vezes ligadas à informalidade, essa população se viu forçada a continuar se deslocando até seus locais de trabalho ou pelas ruas em busca de uma renda. A histórica situação de vulnerabilidade e de falta de garantia de direitos trabalhistas básicos impediram esses trabalhadores de permanecer em casa durante a pandemia, os colocando sob alto risco de contaminação pelo coronavírus, além de intensificar os problemas já existentes, como a fome, o desemprego e o desamparo social.

O grupo de trabalhadores informais foi um dos que mais fortemente vivenciou as consequências da pandemia. A informalidade, uma das únicas saídas possíveis para a obtenção de renda por um grande contingente de trabalhadores das grandes cidades brasileiras, tem características que colocam tais trabalhadores em uma situação de extrema vulnerabilidade social, por não abarcar direitos trabalhistas e previdenciários mínimos e por se desenvolver a partir de uma forte instabilidade de ganhos financeiros ou sociais (DRUMOND, 2019; PIRES, 2012; STANDING, 2013).

O espectro de trabalho informal no Brasil é bastante diversificado, podendo abrigar indivíduos com baixa e alta escolaridade, baixos e altos rendimentos, em inúmeras ocupações,

---

<sup>14</sup> Informações coletadas no site da Fiocruz: <https://www.epsvj.fiocruz.br/podcast/covid-19-favelas-fiocruz-aponta-que-pandemia-tem-mais-impacto-em-areas-pobres-do-rio>

sendo um setor fragmentado e difuso, o que dificulta estudos abrangentes sobre suas características. No entanto, é possível fazer algumas considerações, levando-se em conta os espaços e ocupações que a maior parte desses trabalhadores ocupam (LIMA; SOARES, 2002). Em sua maioria, trabalham no setor de serviços, como os trabalhadores ambulantes ou camelôs, empregados domésticos, costureiros, pedreiros e, mais recentemente, um crescente número de trabalhadores de aplicativos de mobilidade e de entrega, um fenômeno que vem sendo chamado de “uberização”, que elevou-se ainda mais durante a pandemia da COVID-19.

Um estudo desenvolvido pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ) em parceria com o *Institut de Recherche pour le Développement* (IRD, França) observou forte correlação entre a proporção de trabalhadores informais de um determinado município e o número de casos positivos e o de óbitos por COVID-19. Os pesquisadores observaram, com os dados de 5.570 cidades brasileiras, que cada 10 pontos percentuais a mais na proporção de informais estava diretamente associado a um aumento de 29% na taxa de contágio e 38% na taxa de mortalidade pela COVID-19 (CARDOSO; PERES, 2020; ROUBAUD *et al*, 2020).

Esses dados podem ser explicados pelas características comuns às diferentes categorias de trabalhadores informais, que obtêm sua renda, de maneira geral, com prestação de serviços por meio de contato físico direto nas ruas, nos mercados populares e no trabalho doméstico, sendo, portanto, um dos grupos mais expostos ao novo coronavírus. (CARDOSO; PERES, 2020). Diante desse panorama, veremos, a seguir, a situação vivida pelos trabalhadores ambulantes da cidade de Niterói/RJ durante a pandemia da COVID-19.

## 2. O trabalhador ambulante de Niterói na pandemia

“O que chamam de empreendedorismo, eu prefiro chamar de seviradorismo: vai lá e se vira, trabalhador.”

Trabalhador ambulante de Niterói/RJ, 2021.

Como já mencionamos, os trabalhadores informais foram um dos grupos mais atingidos pela pandemia da COVID-19. Dentre eles, destacamos a situação dos trabalhadores ambulantes. Também conhecidos popularmente como camelôs ou simplesmente ambulantes, esses trabalhadores tiveram seu principal espaço de trabalho (a rua e suas calçadas) esvaziado e sua clientela (os transeuntes) contidos em suas casas por conta da necessidade de isolamento social e pelas restrições impostas à circulação de pessoas nas ruas das cidades. Em Niterói, cidade metropolitana do Rio de Janeiro, não foi diferente. A restrição de circulação de pessoas, necessária ao controle da transmissão do novo coronavírus, esvaziou as ruas da cidade e deixou os trabalhadores ambulantes sem sua principal, muitas vezes única, fonte de renda.

Niterói possui, tradicionalmente, um considerável número de trabalhadores ambulantes, que oferecem serviços diversos, principalmente, venda de vestuário, produtos eletrônicos, utilidades para o lar e alimentos, com destaque para os pipoqueiros e vendedores de água de coco. Apesar de fazerem parte de diferentes grupos sociais, de possuírem distintos motivos que os levaram ao trabalho de camelô e às diferenças em torno dos ganhos financeiros resultantes de sua atividade nas ruas, esses trabalhadores têm algo em comum: a sua ocupação se caracteriza “por vulnerabilidade de suas condições de trabalho, instabilidade de ganhos e ausência de acesso à proteção social.” (LIMA, 2013, p. 330).

A pandemia trouxe graves problemas aos camelôs da cidade de Niterói, sendo a falta de renda o problema mais imediato. Como muitos desses trabalhadores vivem em condições de precariedade, sem garantias sociais ou reservas de capital, eles precisavam trabalhar, em qualquer situação, para sobreviver e sustentar suas famílias. Não havia a opção de permanecer em casa, aguardando o fim da pandemia. Isso trouxe uma enorme angústia a esses trabalhadores, como podemos ver em alguns dos relatos abaixo:<sup>15</sup>

*“Os camelôs foram os primeiros a fechar quando a prefeitura determinou o fechamento do comércio. Pra quem tira o seu sustento da rua, que já está na informalidade e vive em condição precária, ficou impraticável. Está sendo muito complicado, principalmente depois que eu peguei a Covid. Fiquei semanas sem conseguir trabalhar e estou com muitas sequelas cardíacas. Não tenho plano de saúde, então estou pagando as consultas médicas e exames com o auxílio emergencial.”* (Ambulante A).

*“A principal dificuldade é não ter dinheiro reserva para arcar com os custos que continuam vindo: aluguel, alimentação, etc. Eu, como muitos ambulantes, trabalho para ter dinheiro para viver mês a mês, a gente não consegue fazer economia, poupança. Moro de aluguel e tenho três filhos pra sustentar e as contas continuam a chegar, mas sem dinheiro entrando. Meu maior medo é ficar sem dinheiro para pagar o aluguel e não conseguir quitar as dívidas que eu estou acumulando por causa da pandemia. Pedi muito empréstimo e não sei ainda como vou pagar o banco.”* (Ambulante B)

Esses relatos são uma pequena amostra das consequências vividas por esses trabalhadores assim que as necessárias medidas de controle do coronavírus foram sendo implementadas na cidade.

---

<sup>15</sup> Esses relatos foram colhidos durante entrevistas realizadas para a pesquisa de mestrado em que se baseia o presente texto.

Na tentativa de amenizar as consequências para a população em vulnerabilidade social, a prefeitura de Niterói elaborou a “Renda Básica Emergencial”, que foi instituída pela Lei 3.480, de 31 de março de 2020, prevendo o pagamento do valor de R\$500,00 (quinhentos reais) à população mais pobre da cidade. Para recebê-lo, o cidadão niteroiense teria que fazer parte do CadÚnico da Assistência Social ou ter ao menos um filho matriculado nas escolas da rede pública de ensino municipal (PESSANHA; SILVA; DRUMOND, 2020).

Os trabalhadores ambulantes também estavam incluídos como beneficiários desse auxílio, no entanto, era necessário que estivessem formalizados como MEI (Microempreendedor Individual) e também ter cadastro na Secretaria de Fazenda do município, o que era um contrassenso, já que os ambulantes, por determinação da própria prefeitura, não eram cadastrados na Secretaria de Fazenda e sim na Secretaria de Ordem Pública, o que gerou um impedimento inicial para o recebimento do auxílio pelos ambulantes (PESSANHA; SILVA; DRUMOND, 2020).

Diante desse panorama, muitos desses ambulantes optaram por permanecer no seu trabalho nas ruas, ainda que proibido pelos decretos governamentais. Aqueles que tiveram o auxílio emergencial oferecido pelo governo federal e/ou pelo governo municipal negados, ou que tiveram demora na resposta em relação a esses auxílios, precisaram se arriscar e ir às ruas tentar vender suas mercadorias, o que provocou um aumento da repressão da guarda municipal a esses ambulantes. A prefeitura de Niterói, na tentativa de se fazer cumprir as restrições às atividades não essenciais e à circulação de pessoas para diminuir a transmissão do coronavírus, aumentou a vigilância na cidade e a repressão de sua guarda municipal. Entre os meses de março

a julho de 2020, foram relatados diversos episódios de agressões entre ambulantes e guardas da cidade.<sup>16</sup>

A urgente necessidade de obter alguma renda fez com que muitos camelôs voltassem ao comércio ambulante em meio à pandemia, *“se arriscando duplamente: ameaçados pelo vírus e reprimidos pelos guardas”* (SUAREZ, 2020, *n.p*). A prefeitura de Niterói justificou sua atuação de repressão aos camelôs pelo fato de que estes não possuíam autorização para o trabalho nas ruas durante a pandemia e que o papel da guarda naquela situação era atuar sob o propósito de manter o ordenamento urbano e fazer cumprir os decretos de medidas sanitárias (SUAREZ, 2020).

Esse quadro evidencia o papel inegociável do Estado na garantia de direitos trabalhistas básicos à população e a necessidade de luta pela manutenção desses direitos, que trazem, minimamente, algum nível de justiça social e de sobrevivência das classes mais vulneráveis durante situações extremas como de uma pandemia.

### **3. A pandemia, a universidade pública e a extensão**

“A extensão deve ser vista como um possibilitador de estabelecimento de uma ligação com a classe trabalhadora, que permita um intercâmbio de conhecimentos, no qual a universidade aprenda a partir do saber popular e assessorie as populações no sentido de sua emancipação crítica.”

Roberto Rocha, Extensão universitária: comunicação ou domesticação?, 1984.

---

<sup>16</sup> Informações coletadas durante as reuniões do projeto e nas entrevistas realizadas pelos pesquisadores com os trabalhadores ambulantes, além de matérias de jornal divulgadas na época da pesquisa.

A Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012) se constitui como uma referência nacional para o debate sobre a extensão universitária e seu desenvolvimento nas universidades públicas brasileiras. Essa política foi sendo desenvolvida em torno das discussões realizadas pelo FORPROEX ao longo das últimas décadas e inclui diretrizes já estabelecidas pelo Fórum em documentos anteriores, como o Plano Nacional de Extensão Universitária, de 1998 e a Avaliação Nacional de Extensão Universitária, de 2001, com acréscimo de novas diretrizes que visam aprimorar a atuação da extensão nos novos contextos e demandas sociais do Brasil. A Política Nacional de Extensão Universitária tem a seguinte definição:

A extensão universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012, p. 15).

Tal definição carrega importantes desafios e possibilidades de atuação da extensão. Dentro do princípio estabelecido na Constituição de 1998 de ensino-pesquisa-extensão indissociáveis, é esperado que as universidades criem mecanismos que estabeleçam uma comunicação constante e trabalho conjunto entre esses três pilares da universidade, o conhecido “tripé” que define seu papel na sociedade. Além disso, a Política enumera as principais diretrizes que devem ser levadas em conta na formulação e execução de projetos e atividade extensionistas, são elas: interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, impacto na formação do estudante e transformação social.

A colaboração entre a universidade pública e os movimentos sociais, através de projetos de extensão atuantes, parece ser um dos caminhos para a transformação social. Tal colaboração se mostrou importante para amenizar as consequências da pandemia, especialmente junto a grupos populacionais em vulnerabilidade social. Muitas iniciativas de colaboração entre universidades e diferentes atores sociais foram desenvolvidas. Um exemplo foi o Favelas contra o Coronavírus - Simulador, ferramenta desenvolvida por pesquisadores da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) em parceria com o movimento Favelas contra o Coronavírus, formada por coletivos comunitários, com o objetivo de monitorar a evolução da pandemia em comunidades periféricas e contribuir para a criação de políticas públicas de saúde voltadas a grupos sociais de baixa renda no contexto da pandemia (ALBAGLI; ROCHA, 2021).

Outro exemplo foi a plataforma ColabCovid19, projeto desenvolvido pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e a população em geral. A iniciativa criou uma espécie de “cartografia” colaborativa, na qual a população pôde informar sobre casos confirmados de COVID-19 e óbitos suspeitos da doença na localidade onde viviam. Seu objetivo era obter um panorama sobre a doença, através das informações fornecidas pela própria comunidade e combater as subnotificações de casos, para fins e planejamento de políticas públicas em saúde e pesquisas acadêmicas (ALBAGLI; ROCHA, 2021).

A extensão universitária durante a pandemia foi tema do 9º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, realizado em março de 2021. Em uma das mesas do evento, intitulada “Extensão e a Pandemia da COVID-19”, os pesquisadores palestrantes relataram a importância de as universidades públicas estarem dando algum tipo de resposta a essa crise sanitária, que também é uma crise social e

política. Em vista dos ataques que as universidades sofreram ao longo dos últimos anos, ela precisa se unir à sociedade civil em busca de respostas para as consequências da pandemia, através de ações que impactem a vida real das pessoas e também transformem a pesquisa e o ensino.<sup>17</sup> O panorama pandêmico provoca a necessidade de se pensar que papéis a universidade pública deve assumir em situações extremas, de forma a evidenciar sua relevância científica e social e ser parte da solução dos problemas concretos.

Em um breve levantamento feito no site da Rede Nacional de Extensão no Brasil (RENEX), é possível observar que diversas ações extensionistas foram realizadas por universidades públicas brasileiras para amenizar as consequências da pandemia da COVID-19 para a população. No entanto, é importante uma maior sistematização e discussão sobre os projetos realizados e seus impactos junto aos grupos atendidos e um maior desenvolvimento de pesquisas e publicações acadêmicas em torno destas ações. Diante disso, trazemos a experiência do projeto de extensão UFF nas Ruas, que atuou junto a diversos grupos vulneráveis durante a pandemia na cidade de Niterói/RJ.

O UFF nas Ruas é vinculado ao Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (InEAC) do Departamento de Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense (UFF) e foi lançado em 2019 com o objetivo de oferecer assessoria popular e atuação interdisciplinar e dialógica na esfera da mediação e da administração dos conflitos urbanos, com foco em grupos vulnerabilizados. Os interlocutores prioritários na execução das ações são: trabalhadores ambulantes, coletivos LGBTQIA+,

---

<sup>17</sup> Trecho baseado nas falas ouvidas na apresentação da Mesa Redonda 02 - Extensão e a Pandemia da COVID-19, do 9º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, <https://www.youtube.com/watch?v=U4Ygd4yaVgU>

peças em privação de liberdade e grupos de religiões de matrizes africanas. A escolha desses grupos se deve às sensíveis demandas decorrentes de conflitos pautados por questões identitárias de gênero, de etnia, de livre expressão religiosa e de atividades comerciais (formais e informais)<sup>18</sup>.

Daremos destaque à atuação do projeto junto ao grupo de trabalhadores ambulantes pois, em se tratando do contexto pandêmico, acreditamos ter sido este um dos primeiros grupos sociais a sentir o imediato e prolongado efeito da COVID-19.

#### **4. O trabalhador ambulante de Niterói e o UFF nas Ruas: um encontro**

“Há uma possibilidade de desvelamento das ideologias dominantes e uma nova estratégia da função social da universidade ou mesmo uma condição de serviços da extensão a favor da cultura das classes trabalhadoras. Esse pode ser o papel do aparelho de hegemonia - a universidade - que, através da extensão, ontologicamente balizada como trabalho social, possibilita o direcionamento da pesquisa e do ensino para um outro projeto social.”

José Francisco de Melo Neto, 2002.

A aproximação do UFF nas Ruas com os trabalhadores ambulantes de Niterói se deu em 2019, a partir de algumas reuniões entre os coordenadores do UFF nas Ruas e alguns membros da ACANIT (Associação de Camelôs de Niterói), em que foram apresentados os objetivos do projeto de extensão e ouvidas as

---

<sup>18</sup> Informações encontradas nas redes sociais do projeto:

<https://www.instagram.com/uffnasruas/>;

<https://www.facebook.com/UFFnasRuas/>;

<https://www.youtube.com/c/UFFnasRuas>.

demandas dos trabalhadores presentes (SILVA, 2019). A partir daí, foram realizadas observações participantes, grupos focais e encontros entre extensionistas e trabalhadores ambulantes para planejamento e execução das atividades. O objetivo principal do UFF nas Ruas era contribuir com o diálogo e negociações da ACANIT com a prefeitura de Niterói, na dinâmica de possíveis reivindicações de direitos dos trabalhadores.

Com o início da pandemia, em março de 2020, as ações do projeto precisaram se concentrar nas dificuldades vividas pelos ambulantes por conta da impossibilidade de seu trabalho nas ruas. A partir desse contexto, as principais ações realizadas foram:

### **Ação 1 - Assessoria na solicitação do auxílio emergencial:**<sup>19</sup>

Após a divulgação feita pelo governo federal sobre o auxílio, muitos ambulantes procuraram os extensionistas do projeto pois não sabiam como fazer a solicitação ou tinham dificuldades para acessar o aplicativo criado para este fim ou de fazer ligação telefônica para o 111, canal destinado à solicitação do auxílio emergencial. Os membros da ACANIT fizeram a “ponte” entre os trabalhadores ambulantes da cidade e os extensionistas, para que essa assessoria pudesse ser concretizada.

Segundo relatos de extensionistas e ambulantes, as principais dificuldades para a realização do pedido do auxílio emergencial eram aquelas inerentes às características comuns a populações pobres, como baixa escolaridade e consequente dificuldade de compreensão das questões burocráticas e legais envolvidas, dificuldade de uso do

---

<sup>19</sup> Informações coletadas durante a observação das atividades do projeto e a partir de relatos dos ambulantes e extensionistas durante o estudo de campo que deu origem à dissertação em que se baseia o presente texto.

aplicativo, falta de um telefone e restrição de acesso à internet. O projeto de extensão também ofereceu assessoria jurídica gratuita para ambulantes que tiveram o auxílio emergencial negado ou que permaneceram em análise por um longo tempo. Seguem algumas falas de participantes sobre a ação 1:

*“O que eu achei mais legal foi a ajuda que o projeto deu aos ambulantes que tiveram o auxílio negado. Eles se movimentaram muito para que mais camelôs conseguissem o auxílio. E não foi fácil, porque muito ambulante tem dificuldades nessas coisas, de entender como usar aplicativos de celular. A gente usa muito o whatsapp, mas outros aplicativos nem tanto. O aplicativo do auxílio era novo, cheio de função, é difícil, principalmente para os ambulantes de mais idade.”* (Ambulante B).

*“Muitos ambulantes tiveram dúvidas e problemas com a solicitação do auxílio emergencial do governo federal. Alguns tinham dificuldades no uso do aplicativo e outros tiveram o auxílio emergencial negado. Nós tivemos que verificar cada caso, para entender o porquê de ter sido negado. Para aqueles que tiveram o auxílio emergencial negado por não atenderem aos critérios para recebimento, tivemos que explicar os motivos. Essa parte foi bem difícil, pois eles ficavam tristes, revoltados ou confusos. Para os que tiveram o auxílio negado por algum equívoco do próprio sistema, entramos com ação judicial.”* (Extensionista A).

## **Ação 2 - Campanha de prevenção à COVID-19:**

A campanha de prevenção à COVID-19 realizada pelo projeto contou com a distribuição gratuita de máscaras aos trabalhadores ambulantes da cidade e de uma cartilha informativa sobre formas de prevenção ao vírus quando se iniciou a retomada gradual do comércio, que ocorreu em meados de agosto de 2020, após

4 meses de fechamento total. O projeto também fez um áudio explicativo com dicas de combate ao vírus para circular entre os grupos de ambulantes no whatsapp.



Seguem alguns relatos de participantes do projeto sobre a ação

2:

*“A campanha de conscientização do ambulante em relação à COVID foi muito positiva. Eu sugeri essa campanha porque vi muito ambulante sem máscara trabalhando, aí o projeto rapidamente fez cartaz pra distribuir nas barracas e áudio de alerta pra enviar nos grupos de ambulantes no whatsapp. O camelô já é mal visto pela prefeitura, se ficasse trabalhando sem máscara, o negócio ia ficar pior ainda.” (Ambulante B)*

*“Teve a cartilha sobre a COVID que o pessoal do projeto fez. Isso ajudou no nosso retorno, pois a prefeitura deixou reabrir os shoppings e as lojas, mas os camelôs não. Eles alegavam que o camelô aglomera muito, mas não é verdade. Nós trabalhamos ao ar livre, o shopping é fechado, tem muito mais risco. Aí nós conseguimos uma reunião com o pessoal da prefeitura e mostramos a cartilha que o projeto de extensão fez para a prevenção do coronavírus para os camelôs. Na cartilha tinha tudo, falava sobre máscara, sobre limpeza das mercadorias, distância que a gente precisa manter do cliente, tudo certinho. Eu acho que isso ajudou a prefeitura a aceitar o nosso retorno, eles viram que não somos irresponsáveis.” (Ambulante D)*

### **Ação 3 - Abertura de diálogo entre ambulantes e guardas municipais:**

Uma das ações consideradas de maior impacto pelos trabalhadores foi a abertura de diálogo com os guardas municipais da cidade de Niterói. Em uma das reuniões em que participamos como ouvinte, alguns ambulantes relataram as dificuldades de relacionamento e falta de diálogo com os guardas municipais, que são responsáveis por fiscalizar a atividade dos camelôs e punir possíveis irregularidades através da apreensão de mercadorias. Nesta mesma reunião, foi proposta por um dos extensionistas a tentativa de aproximação com os guardas municipais. Os camelôs apoiaram a ideia de um diálogo com os guardas, mas demonstraram uma certa desconfiança inicial, devido ao contexto complexo da pandemia e os últimos casos de atritos vivenciados entre eles. Como já foi mencionado anteriormente, durante a pandemia, a atividade dos guardas em relação aos ambulantes se tornou ainda mais intensa, devido às restrições à circulação de pessoas e à proibição do trabalho dos camelôs nas ruas da cidade.

Além disso, uma iniciativa foi, aos poucos, sendo proposta pela prefeitura: autorizar o porte de arma de fogo pelos guardas municipais da cidade. Essa ideia causou polêmica e não recebeu o apoio nem da associação de camelôs nem do sindicato dos guardas, como foi possível observar nas reuniões em que participamos. A preocupação dos dois grupos de trabalhadores é de que o armamento da guarda trará ainda mais instabilidade e violência entre eles. A partir dessa pauta em comum, foram realizados encontros e reuniões entre representantes dos ambulantes e dos guardas municipais de Niterói, para propor ações conjuntas. Até o momento, esses diálogos encontram-se em andamento.

Seguem alguns relatos de participantes do projeto sobre a ação 3:

*“Ajudaram a criar um início de diálogo com representantes dos guardas municipais da cidade, algo inimaginável, pois a relação dos guardas com os ambulantes é muito difícil. E na pandemia piorou ainda mais. Aí fizemos uma reunião com alguns ambulantes, o pessoal do projeto da UFF e o representante da guarda municipal de Niterói. Ele ouviu nossas reclamações sobre a truculência que eles agem com os ambulantes e nós também ouvimos o lado deles, pois os guardas também são trabalhadores, que são pressionados pela sua chefia pra cumprir a repressão ao camelô.”* (Ambulante A)

*“Conseguimos iniciar um canal de comunicação entre os ambulantes e os representantes da guarda municipal, algo que eu acredito que a associação sozinha não conseguiria. A nossa história de anos de conflito com a guarda municipal de Niterói dificulta muito o diálogo. Nós camelôs somos muito desconfiados em relação à aproximação da guarda e acho que a guarda também tem desconfiança dos ambulantes. Aí o UFF nas Ruas ajudou a estabelecer um diálogo.”* (Ambulante C)

#### **Ação 4 - Pesquisa de campo junto aos camelôs após a retomada do comércio:**

Após a retomada do comércio ambulante da cidade de Niterói, ocorrida a partir de agosto de 2020, após 4 meses de fechamento ocasionado pelos decretos municipais e federais para o controle da pandemia, os trabalhadores ambulantes sentiram a necessidade de saber como seria o volume de vendas nesse período de retorno e como os camelôs da cidade estavam lidando com toda a problemática de retomar ao trabalho em meio à pandemia. Em uma reunião do UFF nas Ruas, o assunto foi levantado por um dos camelôs e aceito por todos os presentes.

A partir daí, foi planejado um trabalho de campo em que seria realizada a aplicação de um questionário presencial com os camelôs que estavam exercendo seu trabalho nas ruas de Niterói, especialmente no centro e no bairro Icaraí, locais que concentram grande parte dos camelôs da cidade. Cabe destacar que as perguntas do questionário foram sendo construídas a partir de contribuições de camelôs e extensionistas, de forma horizontalizada, fato que pôde ser observado durante nossa participação nas reuniões do projeto. Cabe ressaltar que também acompanhamos *in loco* a pesquisa de campo realizada pelo projeto de extensão, o que proporcionou melhor coleta de dados e observações.

A pesquisa de campo foi realizada durante 5 (cinco) dias no final do mês de agosto de 2020, com a atuação de ambulantes e extensionistas e foi bem recebida pelos camelôs, sendo sido possível realizar a aplicação do questionário com cerca de 253 trabalhadores. Um ponto que consideramos importante destacar é que, após a conclusão da pesquisa de campo, foi realizado um seminário para divulgação dos resultados e este evento foi organizado e apresentado

em conjunto por extensionistas e ambulantes. Os extensionistas fizeram questão de ter os ambulantes como apresentadores do seminário.

Seguem alguns relatos de participantes do projeto sobre a ação 4:

*“Os extensionistas passaram de barraca em barraca conversando com os ambulantes, no meio da pandemia, saíram do isolamento social deles pra ajudar a gente nessa pesquisa, isso foi muito bonito. Essa pesquisa teve muita repercussão na mídia aqui em Niterói.”*

(Ambulante D)

*“Enquanto a universidade se fechou por necessidade do isolamento social, o UFF nas Ruas teve que sair, por conta das necessidades inadiáveis dos ambulantes. A gente não podia simplesmente dizer pra eles que não podíamos ajudar porque estávamos em isolamento, eram demandas que não podiam esperar o fim da pandemia.”*

(Extensionista G)

### **Ação 5 - Assessoria jurídica aos ambulantes que sofreram agressões ou apreensões ilegais por parte da guarda municipal de Niterói:**

Foi realizada assessoria jurídica aos ambulantes que sofreram agressão ou apreensão ilegal de mercadorias por parte dos guardas municipais de Niterói, ocorrências que aumentaram consideravelmente durante a pandemia. Alguns casos foram resolvidos extrajudicialmente, através de diálogo entre ambulantes, extensionistas e guarda municipal. Outros encontram-se em processo judicial. Não entraremos em detalhes sobre esses casos, pois trata-se de um assunto delicado e que pede discrição, especialmente em virtude das questões legais envolvidas. Mas consideramos importante mencionar essa ação, pois foi uma iniciativa de grande impacto social do projeto.

Diante de tudo o que foi exposto até aqui, pode-se perceber que o projeto de extensão UFF nas Ruas foi capaz de realizar uma extensão participativa e dialógica, trazendo relevante impacto positivo na vida dos trabalhadores durante a pandemia. Todos os ambulantes e extensionistas entrevistados durante a pesquisa de campo desta pesquisa relataram contribuições positivas do projeto. As falas mais recorrentes diziam respeito à importância da assessoria do projeto no recebimento do auxílio emergencial, o que trouxe alívio a muitos ambulantes que ficaram sem recursos em consequência da pandemia. Alguns ambulantes relataram terem sido ajudados diretamente nessa questão e que, sem o apoio dos extensionistas, teria sido difícil conseguir o auxílio junto ao governo federal e municipal. Os extensionistas falaram sobre a dificuldade de atender a todos os camelôs que os procuravam solicitando ajuda para recebimento do auxílio, por estarem em um número pequeno de participantes e também relataram angústia e preocupação com a excessiva demora do governo em iniciar a distribuição do auxílio financeiro.

Os participantes do projeto também mencionaram a campanha de prevenção à COVID-19 como algo muito positivo e que foi muito bem recebida pelos ambulantes da cidade. Eles também mencionaram sua satisfação com a pesquisa de campo realizada com os ambulantes durante o período de reabertura, destacando a contribuição que essa pesquisa trouxe para a visibilidade dos problemas enfrentados pelos ambulantes de Niterói. Outra fala recorrente estava relacionada ao diálogo com a prefeitura de Niterói, que segundo os ambulantes e extensionistas, melhorou muito com a atuação do projeto de extensão.

Eles destacaram o bom relacionamento entre os participantes e a facilidade de comunicação existente no projeto. Na maioria dos relatos, eles também mencionaram que a conversa é facilitada pelos

encontros presenciais, pela participação ativa no grupo de whatsapp do UFF nas Ruas e pelas reuniões que ocorrem todo mês no *Google Meet*. A maioria dos ambulantes relataram que se sentiam à vontade para sugerir atividades e ações e que percebiam que os extensionistas se esforçavam para atender as sugestões, na medida do possível. Um dos ambulantes destacou: *“Eles escutam muito a gente. A pesquisa com os camelôs na retomada do comércio ambulante no meio da pandemia foi uma ideia nossa e os extensionistas toparam.”*

Os extensionistas mencionaram que eles, inicialmente, não conheciam os problemas vivenciados pelos camelôs de Niterói e que, nas primeiras reuniões, procuraram dar abertura total para que os camelôs falassem o que eles quisessem, e com isso, eles foram conhecendo as dificuldades desses sujeitos e pensando sobre como poderiam assessorá-los. Sobre isso, segue a fala de um dos ambulantes: *“Tem coisas que os camelôs deram a ideia primeiro e eles ajudaram a concretizar, porque muitos dos nossos problemas o pessoal do projeto não conhecia. Mas como o diálogo é bom, eles vão entendendo as nossas necessidades.”*

Ainda em relação ao diálogo entre os participantes, destacamos a fala de um ambulante: *“O coordenador do projeto só falta virar ambulante também (risos). A relação é de amizade. Eles se dedicam muito. Eu sinto que vai além da questão do trabalho de extensão, da questão institucional, eu acho que tem um pouco de coração nisso também.”* Outra fala que destacamos é de outro ambulante: *“Eu às vezes esqueço que o UFF nas Ruas é um projeto, parece que a gente se tornou um grupo de amigos que luta por uma causa em comum, temos muita proximidade.”*

Outro impacto positivo do projeto percebido durante o trabalho de campo foi a efetiva troca de conhecimentos entre ambulantes e extensionistas, especialmente na área do Direito, visto

que o projeto contava com 3 extensionistas do curso de graduação em Direito da UFF e que muitas demandas dos ambulantes eram, de fato, questões jurídicas. As falas mais recorrentes entre os ambulantes era de que eles conheceram, junto ao projeto, algumas leis, procedimentos jurídicos e alguns direitos que eles não sabiam possuir e que o projeto foi importante para que eles se dessem conta desses direitos e quais seriam as melhores formas de garanti-los. Entre os extensionistas, as falas mais frequentes estavam relacionadas ao aprendizado prático envolvido e como a interação com os ambulantes e a experiência no projeto de extensão transformaram sua formação acadêmica.

Um dos camelôs relatou que percebeu muito aprendizado, tanto entre extensionistas quanto entre os ambulantes. Para ele, o estudante universitário *“fica muito na teoria e o projeto os ajudou a adquirir conhecimentos da vida real.”* Um outro ambulante mencionou que eles têm muita experiência e conhecimento que os extensionistas não tinham quando chegaram no projeto: *“É uma troca muito boa, porque a gente compartilha o conhecimento das ruas, do trabalho do ambulante e eles compartilham com a gente o conhecimento da universidade, o conhecimento que pode fortalecer a nossa luta.”* O mesmo ambulante também mencionou que pôde aprender um pouco sobre a universidade, já que os extensionistas levaram alguns camelôs a uma visita guiada à UFF e apresentaram as salas de aula, os laboratórios e explicaram as formas de ingresso na universidade. Outra fala de um dos ambulantes que merece destaque é: *“Eu acho que a vivência que esse projeto proporciona aos extensionistas é enriquecedora. Eu acredito que quando o extensionista se formar, vai ter um “tijolinho” nosso lá no diploma dele.”*

Ainda sobre os relatos dos participantes do projeto, um extensionista disse que aprendeu muitas questões da sua área, Direito,

e que muitos desses aprendizados ele não possuía, pois eram saberes que não eram dados na universidade, que era necessária uma vivência prática para tal. Ele nos contou também que a assistência aos ambulantes no recebimento do auxílio emergencial foi um desafio, pois exigiu conhecimentos novos e que ele precisou fazer muitas pesquisas e tirar dúvidas com professores do seu curso na UFF. Outro extensionista mencionou que o contato direto e intenso com os problemas reais dos ambulantes o ajudou a aplicar conhecimentos da disciplina Antropologia do Direito e a entender melhor o problema da informalidade e da desigualdade social e que considerou esse fato muito importante para a sua formação como cidadão. Ele disse: “O maior aprendizado que eu considero que tive foi um “choque de realidade”. Tenho uma boa qualidade de vida, oportunidades de estudo e trabalho. E poder conviver com os ambulantes me mostrou que a realidade da maioria dos brasileiros é muito difícil.”

Finalizando os relatos dos participantes, trazemos uma última fala de um dos extensionistas, que mencionou que a interação com os ambulantes e com os demais extensionistas proporcionou a ele conhecimentos novos e que isto o fez modificar seu objeto de pesquisa do mestrado: “Entrei no mestrado querendo pesquisar uma coisa e, no decorrer da minha atuação como extensionista, resolvi mudar o rumo do meu projeto e estou estudando, através de uma pesquisa etnográfica, a formalização do comércio ambulante.”

Observando as ações do projeto à luz das diretrizes propostas pela Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012), é possível perceber que, de maneira geral, essas diretrizes puderam ser cumpridas pelo projeto UFF nas Ruas durante a pandemia, quais sejam: interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, impacto na formação do estudante e transformação social. Pelos

resultados obtidos, principalmente nas entrevistas e na observação das reuniões e atividades do projeto, notou-se que essas diretrizes foram alcançadas, em maior ou menor grau, de acordo com cada experiência realizada pelo grupo, especialmente a interação dialógica, o impacto na formação do estudante e a transformação social.

### **Considerações finais**

Depois de três longos anos vivendo as graves consequências da pandemia, a Organização Mundial de Saúde decretou o fim da Emergência de Saúde Pública em maio de 2023. Esse decreto não significa que a COVID-19 tenha deixado de ser uma ameaça à saúde, mas sim que já é possível que os países façam o manejo da COVID-19 da forma que ocorre com outras doenças infecciosas. Além das mortes, a pandemia intensificou os problemas estruturais brasileiros, como a desigualdade social, a fome e o desemprego, trazendo severas consequências para a população mais vulnerável do país.

Em um contexto de globalização socioeconômica agressiva e excludente, agravado pela pandemia e com tendência a se manter no período pós-pandemia, a universidade não pode se fechar em si mesma, com o risco de contribuir para a manutenção do *status quo* de desigualdade social e desamparo vivido por grupos à margem de uma sociedade de consumo. A universidade (principalmente a pública) deve ser parte atuante na busca por caminhos que amenizem o sofrimento da população, especialmente em países periféricos como o Brasil.

Visto que a universidade pública é um bem de todos os brasileiros e não apenas de uma pequena elite privilegiada, ela precisa “derrubar seus muros” e contribuir, de maneira efetiva, para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. No escopo do tripé

universitário (ensino-pesquisa-extensão), a extensão é aquela que, por sua definição, apresenta o potencial de, junto a um ensino e pesquisa socialmente relevantes, derrubar esses muros e colocar em prática a função social da universidade, sendo um importante canal de diálogo entre a universidade e a sociedade.

Apesar das dificuldades, é notório que, nas últimas décadas, a extensão vem ganhando cada vez mais espaço e relevância nas universidades brasileiras, superando o aspecto assistencialista e de prestação de serviços da primeira metade do século XX. Acreditamos que a extensão passa por um amadurecimento de seu papel, através de novas diretrizes e metodologias, que promovem programas e projetos em parceria com movimentos sociais e voltados ao enfrentamento de problemas concretos vividos pela população. A extensão do século XXI tende a reconhecer as necessidades da população, dialogando aberta e horizontalmente com a comunidade, contribuindo para que sua realidade seja modificada e de forma que a pesquisa e o ensino também sejam transformados a partir dessa interação universidade-sociedade.

Para finalizar, acreditamos que a extensão universitária é um caminho promissor para que as universidades públicas façam uma nova ciência, mais inclusiva e dialógica com a comunidade. A extensão, direcionada para a prática efetiva de sua definição e diretrizes, parece ser um dos caminhos para aprofundar o vínculo universidade-sociedade, tão necessários em tempos negacionistas. Algumas iniciativas nesse sentido estão sendo praticadas pelas universidades públicas brasileiras, no entanto, essas práticas precisam ser fortalecidas, multiplicadas e melhor sistematizadas, através de estudos acadêmicos. Esperamos que as universidades públicas brasileiras consigam vencer os grandes desafios que ainda persistirão

no momento pós-pandemia e que este trabalho possa contribuir com outros estudos sobre extensão universitária no Brasil.

### **Referências bibliográficas:**

ALBAGLI, Sarita; ROCHA, Luana. Ciência cidadã em tempos de emergências: iniciativas brasileiras ante a pandemia da COVID-19. **Arbor**, v. 197, n. 799, p. 1-14, jan./mar. 2021. Disponível em: <https://arbor.revistas.csic.es/index.php/arbor/article/view/2404/360>. Acesso em: 07 jul. 2023.

BUTLER, Judith. **Sobre a COVID-19: o capitalismo tem seus limites**. Blog da Boitempo. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/20/judith-butler-sobre-o-covid-19-o-capitalismo-tem-seus-limites/>. Acesso em: 12 jul. 2023.

CACCIAMALI, Maria Cristina. As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda. In: CAMARGO, José Márcio; GIAMBIAGI, Fabio (org.). **Distribuição de renda no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 121-143.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 9, n.1, p. 153-174, jun. 2000. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643124>. Acesso em: 06 jul. 2023.

CACCIAMALI, Maria Cristina. (Pré-)Conceito sobre o setor informal: reflexões parciais embora instigantes. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 145-168, jul. 2007. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaeconomica/article/view/34899>. Acesso em: 10 jul. 2023.

CACCIAMALI, Maria Cristina. **Setor informal urbano e formas de participação na produção.** 1982. 163 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-06102006-120930/publico/MariaCCacciamaliTese.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2023.

CARDOSO, Adalberto; PERES, Thiago Brandão. **A modernização das relações de trabalho, a informalidade e a pandemia.** Blog Remir Trabalho, 2020. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/remir/index.php/blog/227-a-modernizacao-das-relacoes-de-trabalho-a-informalidade-e-a-pandemia>. Acesso em: 02 jul. 2023.

CARVALHO, Laura. **Curto-circuito:** o vírus e a volta do Estado. São Paulo: Todavia, 2020.

DRUMOND, Vanusia Marlene da Silva. **Eu camelô:** da biografia ao trabalho acadêmico. 2019. 36 f. TCC (Graduação) - Curso de Segurança Pública e Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). **Avaliação Nacional da Extensão Universitária.** Brasília, 2001. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Avaliacao-Extensao.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2023.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). **Plano Nacional de Extensão Universitária,** 1998. Disponível em:

<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2023.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, AM, 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2023.

LIMA, Jacob Carlos. “**Nova Informalidade**”. In: IVO, Anete Brito Leal (dir.). Dicionário temático desenvolvimento e questão social: 81 questões contemporâneas. São Paulo: Annablume, p. 330-336, 2013.

LIMA, Jacob Carlos; RANGEL, Felipe. **Dimensões da nova informalidade no Brasil**: considerações sobre o trabalho em pólos industriais e no comércio popular. Versão modificada do artigo “La nouvelle informalité et la flexibilité du travail au Brésil”, publicado em *Sociologie et sociétés*, vol. XLVII, no 1, automne 2015, p. 47-72.

LIMA, Jacob Carlos; SOARES, Maria José Bezerra. Trabalho flexível e o novo informal. **Caderno do CRH**, Salvador, n. 37, p. 163-178, 2002.

PERES, Thiago Brandão. Informalidade: um conceito em busca de uma teoria. **Revista da ABET**, v. 14, n. 2, p. 270-289, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/download/27956/15023/>. Acesso em: 06 jul. 2023.

PESSANHA, Diogo Paiva; SILVA, Thiago José Aguiar da; DRUMOND, Vanusia. Renda básica temporária e auxílio emergencial: panorama sobre a garantia dos direitos econômicos em tempos de pandemia. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS, 6., 2020, Niterói. **Anais [...]**. Niterói, 2020. v. 2, p. 59-81.

PIRES, Lenin. Mercados informais e economia popular: possíveis fronteiras entre moralidades e legalidade nas relações da sociedade e o Estado. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36., 2012, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, 2012. p. 1-17. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/36-encontro-anual-da-anpocs/gt-2/gt34-2/8251-mercados-informais-e-economia-popular-possiveis-fronteiras-entre-moralidades-e-legalidade-nas-relacoes-da-sociedade-e-o-estado?path=36-encontro-anual-da-anpocs/gt-2/gt34-2>. Acesso em: 12 jul. 2023.

ROUBAUD, François *et al.* The municipios facing COVID-19 in Brazil: socioeconomic vulnerabilities, transmission mechanisms and public policies. Rio de Janeiro: Instituto de Economia/UFRJ, 2020. Disponível em: [https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2020/TD\\_IE\\_032\\_2020\\_ROUBAUD\\_et%20al.pdf](https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2020/TD_IE_032_2020_ROUBAUD_et%20al.pdf). Acesso em: 02 jul. 2023.

SILVA, Thiago José Aguiar da. Papai Noel existe?: a luta pela cidade e o surgimento da Associação de Ambulantes de Niterói. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL O DIREITO COMO LIBERDADE: 30 ANOS DE O DIREITO ACHADO NA RUA, 1., 2019, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: UNB, 2020. Disponível em: <https://direitoachadonarua.wordpress.com/>. Acesso em: 02 jul. 2023.

STANDING, Guy. **O precariado**: a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

SUAREZ, Jaqueline. Ambulantes de Niterói (RJ) denunciam abordagens violentas e apreensões ilegais. **Brasil de Fato**, 8 jul. 2020.

Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2020/07/08/ambulantes-de-niteroi-rj-denunciam-abordagens-violentas-e-apreensoes-ilegais>.

Acesso em: 19 jul. 2023.